

CODERN

COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE

AUTORIDADE PORTUÁRIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



CODERN
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Valor Adicionado

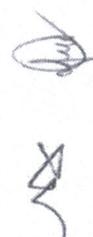
Balanço Social

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12.725	18.529	13.052	19.032
Contas a Receber	5	6.465	6.406	6.531	7.494
Outros Créditos		9.287	7.125	4.285	2.782
Adiantamentos		33	9	126	590
Impostos a Recuperar		1.185	1.125	1.778	1.636
Devedores Diversos	6	8.044	5.990	2.356	556
Outros valores a receber		24	0	24	0
Estoques	7	7.302	6.584	7.458	6.662
Despesas Antecipadas		64	2	119	21
Total do ativo circulante		35.843	38.646	31.445	35.991
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	5.481	5.395	5.566	5.388
Contas a Receber		0	0	0	0
Depósitos judiciais e Contratuais		387	290	1.123	945
Bloqueios Judiciais		5.086	5.097	4.432	4.432
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	204.306	251.199	336.239	379.519
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		209.798	256.604	341.836	384.937
Total do Ativo		245.641	295.250	373.281	420.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



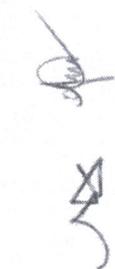
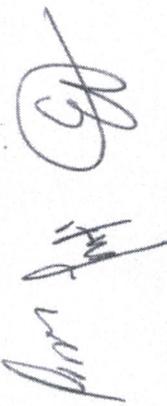

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante					
Contas a Pagar	12	43	59	43	59
Fornecedores		2.176	4.003	6.206	6.331
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	60.115	51.678	112.121	92.748
Provisões	11	3.916	3.190	5.043	4.340
Outras Obrigações		1.272	1.707	6.822	4.271
Total do passivo circulante		67.521	60.638	130.235	107.749
Não Circulante					
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	12.273	10.494	14.077	11.457
Provisão para contingências	13	53.663	36.494	55.362	40.265
Provisão Déficit Atuarial - Plano de Pensão	15	33.409	0	75.716	0
Créditos para aumento de capital	17	59.809	56.818	246.199	924.133
Outros Créditos da União	14	0	275	63.955	64.229
Total do passivo não circulante		159.155	104.081	455.308	1.040.085
Total do passivo		226.676	164.719	585.543	1.147.834
Passivo a descoberto					
Capital Social	16	432.843	432.843	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial		58	0	664	
Prejuízos acumulados	18	(413.936)	(302.312)	(645.769)	(1.159.749)
Total do patrimônio líquido		18.965	130.531	(212.262)	(726.906)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		245.641	295.250	373.281	420.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em		Período de doze meses findos em	
		2019	2018	2019	2018
Receita Líquida dos serviços	20	41.177	37.504	53.155	53.326
Custos operacionais	21	(41.315)	(44.334)	(58.419)	(65.140)
Lucro Bruto		(138)	(6.830)	(5.264)	(11.814)
(Despesas)/Receitas operacionais		(61.081)	(58.209)	(71.260)	(49.611)
Despesas administrativas e gerais	22	(26.451)	(17.383)	(45.217)	(33.903)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	9	(21.821)	(36.642)	(21.821)	(36.642)
Despesas tributárias		(208)	(267)	(212)	(313)
Provisões diversas	23	(329)	(7.274)	(387)	(7.863)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	24	(17.494)	(607)	(15.535)	(1.294)
Receitas patrimoniais	25	405	397	7.080	26.833
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	4.816	3.567	4.831	3.571
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(61.219)	(65.039)	(76.524)	(61.425)
Receitas financeiras	27	3.081	3.392	3.352	3.698
Despesas financeiras	27	(10.170)	(10.237)	(46.188)	(88.505)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
IRPJ e CSLL		0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0004)	(0,0004)	(0,0007)	(0,0008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 15)	Créditos para aumento de Capital (Nota 16)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 19)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2018		432.843 0	0	0	(302.312)	130.531
Prejuízo líquido do período	18				(68.308)	(68.308)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19			58	(43.316)	58
Ajustes de Exercícios Anteriores	18				(413.936)	(43.316)
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	0	58	(413.936)	18.965
Mutações do período		0	0	58	(111.624)	(111.566)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	0	0	(214.701)	218.142
Prejuízo líquido do período	18				(71.885)	(71.885)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18		(0)		(15.727)	(15.727)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	0	(302.312)	130.531
Mutações do período		0	(0)	(0)	(87.612)	(87.612)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843 0	0	0	(1.159.749) 0	(726.906)
Prejuízo líquido do período	18				(119.359)	(119.359)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19			664	664	664
Ajustes de Exercícios Anteriores	18				(79.183)	(79.183)
Aumento de Capital com Recursos da União	17	712.523			0	712.523
Aborsorção de Prejuízo com Capital	17	(712.523)			712.523	0
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	0	664	(645.769)	(212.262)
Mutações do período		0	0	664	513.980	514.644
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	31.351	0	(931.718)	(467.524)
Prejuízo líquido do período	18				(146.233)	(146.233)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18				(81.798)	(81.798)
Atualização dos créditos para aumento de capital	17		1.966		1.966	1.966
Realocação dos créditos para aumento de capital para o PNC	17		(33.318)		(33.318)	(33.318)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	0	(1.159.749)	(726.906)
Mutações do período		0	(31.351)	(31.351)	(228.031)	(259.382)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em		Período de doze meses findos em	
		31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social					
Ajustes do Lucro Líquido		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
Depreciação e amortização		14.676	16.861	16.943	22.041
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		21.821	36.642	21.821	36.642
Ajustes de Avaliação Patrimonial		58		664	
Ajustes de Exercícios Anteriores		(43.316)	8.125	(79.183)	(52.521)
Provisões		17.234		15.922	37
Despesas de atualização monetária		6.767	7.238	39.998	80.399
Baixas de Imobilizado		12.812		6.940	
Redução (Aumento) de Ativos		(388)	1.336	575	2.657
Clientes e contas a receber		(2.161)	1.328	(2.052)	3.209
Outros créditos		(718)	508	(796)	484
Estoques		(62)	37	(98)	22
Despesas antecipadas		(104)	996	(146)	2.069
Outros ativos não circulantes					
Aumento (Redução) de Passivos		(17)	10	(17)	10
Contas a Pagar		(1.828)	(209)	(125)	(5)
Fornecedores		4.899	19.924	14.201	36.429
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		726	355	703	367
Provisões de Férias e 13º Salário		(435)	28	3.088	1.638
Outras Obrigações		34.957	(25.280)	77.362	26.723
Outros passivos não circulantes		(3.388)	(3.987)	(3.557)	13.969
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.388)	(3.987)	(3.557)	13.969
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(2.416)	(2.425)	(2.424)	(20.607)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos			607		607
Crédito para aumento de capital			607		607
Caixa líquido das atividades de financiamento					
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		(5.804)	(5.806)	(5.980)	(6.032)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		18.529	24.335	19.032	25.064
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		12.725	18.529	13.052	19.032
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa					
		(5.804)	(5.806)	(5.980)	(6.032)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2019	2018	
Resultado do Período		(68.308)	(71.885)	(119.359)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	(146.233)
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	19	58	-	664
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(68.249)	(71.885)	(118.696)
				(146.233)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2019	2018	2019	2018
1 Receitas		41.177	37.504	53.155	53.326
1.1 Vendas de mercaderia, produtos e serviços		41.177	37.504	53.155	53.326
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	0	0	0
2 Insumos adquiridos de terceiros		(40.600)	(51.197)	(53.558)	(65.235)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.296)	(14.484)	(26.789)	(28.256)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		(21.821)	(36.642)	(21.821)	(36.642)
2.3 Outras		(4.484)	(71)	(4.948)	(337)
3 Valor adicionado bruto		576	(13.693)	(402)	(11.909)
4 Retenções		(31.203)	(25.660)	(30.860)	(31.939)
4.1 Depreciação e amortização		(13.380)	(15.315)	(14.938)	(20.099)
4.2 Provisões		(17.823)	(10.345)	(15.922)	(11.840)
5 Valor adicionado líquido		(30.627)	(39.353)	(31.263)	(43.847)
6 Valor adicionado recebido em transferência		8.302	7.725	15.264	35.825
6.1 Receitas financeiras		3.081	3.392	3.352	3.698
6.2 Outras		5.221	4.333	11.911	32.127
7 Valor adicionado a distribuir		(22.325)	(31.628)	(15.999)	(8.022)
8 Valor adicionado distribuído		(22.325)	(31.628)	(15.999)	(8.022)
8.1 Pessoal		35.605	29.752	56.961	48.255
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		26.393	23.217	42.634	39.696
8.1.2 Benefícios		9.212	6.534	14.326	8.559
8.2 Impostos, taxas e contribuições		208	267	212	1.450
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		208	267	212	1.450
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		10.170	10.237	46.188	88.505
8.3.1 Juros e Correção Monetária		10.170	10.237	46.188	88.505
8.3.2 Aluguéis		0	0	0	0
8.4 Remuneração de capitais próprios		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

CNPJ: 34.040.345/0001-90

BALANÇO SOCIAL

PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 2019 - 2018

(Em milhares de reais - R\$)

1. Base de cálculo	2019			2018		
	Valor em reais			Valor em reais		
Receita Líquida(RL)	53.155			53.326		
Resultado Operacional(RO)	(119.359)			(146.233)		
Folha de pagamento bruta(FPB)	33.861			32.147		
2. Indicadores Sociais	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	3.630	11	7	3.358	10	6
Encargos sociais Compulsórios	10.762	32	20	10.155	32	19
Previdência privada	7.023	21	13	2.388	7	4
Saúde	3.829	11	7	3.419	11	6
Medicamentos	376	1	1	350	1	1
Capacidade e desenvolvimento profissional	101	0	0	116	0	0
Auxílio-creche	0	0	0	1	0	0
Aparelhos óticos	32	0	0	28	0	0
Seguro de Vida	156	0	0	146	0	0
Auxílio Educação	266	1	1	246	1	0
Seguridade no Trabalho	490	1	1	623	2	1
Total - Indicadores Sociais Internos	26.664	79	50	20.830	65	39
3. Indicadores sociais externos	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos(excluídos encargos sociais)	(916)	-3	-2	1.450	5	3
Total - Indicadores Sociais externos	(916)	-3	-2	1.450	5	3
4. Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.494	4	3	551	2	1
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	1.494	4	3	551	2	1
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo geral na produção/Operação e aumentar a eficácia na utilização dos recursos naturais.	<input type="checkbox"/> Não possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75%			<input type="checkbox"/> Não possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75%		
	<input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados ao final do período	317			315		
Nº de admissões durante o período	16			34		
Nº de empregados terceirizado	87			76		
Nº de estagiários	21			22		
Nº Empregados com idade acima de 45 anos	157			144		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	53			53		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	47%			47%		
Nº de negros que trabalham na empresa	14			6		
% de cargos de chefia ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	3			3		
6. Informações Relevantes qto. ao ex. da cidadania empresarial	2019			2018		
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	20			20		
Número total de acidentes de trabalho	3			5		
Os projetos sociais e ambientais da emp. Foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp.			<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp.		
Os padrões de segurança e salubridade foram definidos no ambiente de trabalho por:	<input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp. <input type="checkbox"/> Todos + CIPA			<input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp. <input type="checkbox"/> Todos + CIPA		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trab da emp.	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas OIT <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT			<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas OIT <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT		
A previdencia Privada contempla:	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp.			<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp.		
A participação nos Lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp.			<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção/gerência <input type="checkbox"/> Todos emp.		
Na Seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotado pela empresa.	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São sugeridos <input type="checkbox"/> São exigidos			<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São sugeridos <input type="checkbox"/> São exigidos		
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> organiza e incentiva			<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores	Na empresa	no Procon	na Justiça	Na empresa	no Procon	na Justiça
	2	0	3	0	0	0
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa	no Procon	na Justiça	Na empresa	no Procon	na Justiça
	100%	%	33%	%	%	%
Valor adicionado total a distribuir(em reais)	(15.999)			(8.022)		
Distribuição do valor Adicionado(DVA)	% sobre o total			% sobre o total		
Governo	1%			18%		
Colaboradores	356%			602%		
Acionistas	0%			0%		
Terceiros	289%			1103%		
Retido	-746%			-1823%		
7. Outras Informações						

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: contabilidade@codern.com.br

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo seu último 11º aditivo assinado em 29.12.2019, com vigência até 26.06.2020.

Ressalta-se que neste 11º Aditivo foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

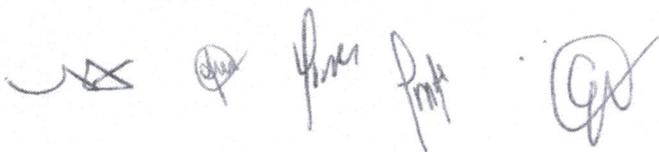
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 119.359 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 34.588 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 526.410 mil.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE criou em outubro/2019 o PSF (Plano de Saneamento Financeiro), com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhados com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa e, em um segundo momento, promover o crescimento financeiro e econômico da Empresa.

Ele possibilita reduzir as incertezas nas tomadas de decisões, proporcionando um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

O plano contém 51 indicadores os quais avaliam mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais.

Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

Dentre os principais resultados do PSF destaca-se a redução de gastos com a folha de pagamento. No mês de dezembro de 2019, o custo com horas extras somou 7,8 mil contra 29,8 mil em dezembro de 2018, representando uma redução de 73,8%. Com uma nova gestão no Terminal Salineiro/GERTAB e a ferramenta do PSF, foi possível identificar o pagamento indevidos de adicionais que se encontravam em desacordo com a legislação trabalhista. No segundo mês após a implantação do PSF, na comparação com o mesmo período de 2018, constatamos um resultado expressivo com a dedução do pagamento desses adicionais, como horas extras (86%), adicional noturno (18%), e dobras (95,84%).

Na área de faturamento do Porto de Natal, com a realocação de colaboradores, obtivemos um ganho substancial na celeridade do processo de faturamento, o que possibilitou uma recuperação de receitas não faturadas, desde 2018, no valor de R\$4.000.000,00. Atualmente, esse processo encontra-se em dia, faturando dentro do mês.

Na área operacional, a redução de despesas com o consumo de água em 25% e a mudança dos processos de cobranças de plugagens, energia, contêineres vazios, dentre outros, contribuíram para acabar com a perda de receitas pelo não faturamento.

Ainda buscando a otimização da atividade operacional, a Gerência de Operações - GEOPER e a Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca - GERTAB estão elaborando um Plano de Manutenção Anual para Infraestrutura Portuária (PMAIP) que será implantado, até junho de 2020, visando reduzir custos no médio e longo prazo.

Em relação à Coordenação de Tesouraria - COORTE, a Norma de Faturamento e Cobrança da CODERN se encontrava defasada, estimulando à inadimplência. Com a mudança da norma, ainda em outubro 2019, o valor recebido durante o último trimestre de 2019 pela Tesouraria em relação aos títulos vencidos e não pagos no período de 2014 a 2018, somaram R\$ 3,8 milhões.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

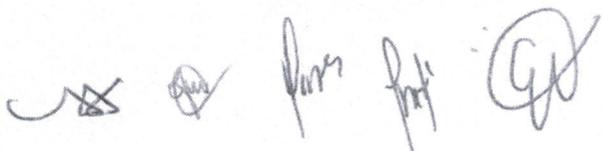
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Bens Móveis	Taxa Anual
Equipamentos Industriais	3,33% a 20%
Embarcações	5%
Veículos	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10%
Informática	20%
Máquinas	10% a 20%
Motores	10% a 20%
Aparelhos	10% a 20%
Sistema de Segurança	10% a 20%
Galpão	10% a 20%
Outros bens	4% a 20%
Bens Imóveis	Taxa Anual
Imóveis de natureza industrial	3,33% a 4%
Instalações	3,33% a 4%
Obras de acesso	3,33% a 4%
Prédios	3,33% a 4%
Terrenos	0%
Molhe	3,33% a 4%
Imobilização em Curso	0%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

3.11 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.12 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.13 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

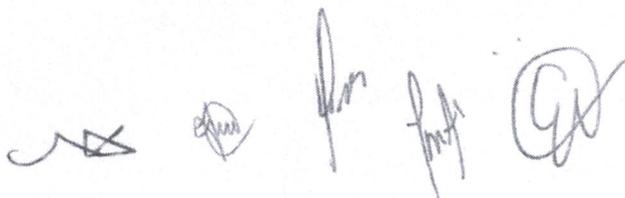
Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa				
Recursos em bancos	355	334	583	563
Recursos do Tesouro - SIAFI	7.771	7.771	7.771	7.771
Aplicações financeiras	4.599	10.425	4.697	10.698
Total de caixa e equivalentes de caixa	12.725	18.529	13.052	19.032

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 6,81% durante o exercício de 2019, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve uma redução de 56% no saldo das aplicações financeiras da controladora, os recursos foram aplicados em conformidade com o orçamento de investimentos.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Clientes e contas a receber				
Contas a receber de clientes	10.410	10.021	12.180	12.755
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.944)	(3.616)	(5.648)	(5.261)
Contas a receber de clientes líquidos	6.465	6.405	6.531	7.494
Total Contas a Receber	6.465	6.406	6.531	7.494

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destaque temos os valores a receber do Porto de Maceió na controladora relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências, esse saldo foi ajustado para menor no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis com a controlada (ver nota 3.10). A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Portos Conveniados	3.782	3.389	2.271	2.271
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.857	4.703	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	0	0	0
Valores a receber Portus	1.484	0	1.484	0
Outros devedores diversos	118	96	798	482
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.197)	(2.197)	(2.197)	(2.197)
Total Devedores Diversos	8.044	5.990	2.356	556

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Material de consumo permanente Sede	110	354
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	7.193	6.230
Material de consumo permanente Maceió	156	78
Total	7.458	6.662

Registrou-se variação crescente no saldo do estoque do Terminal Salineiro, ocasionada principalmente pela aquisição de Trator Pá Carregadeira no valor de R\$ 2.680 ocorrido em dez/19, de acordo com os processos internos da CODERN, o almoxarifado recebeu o bem, mas até o fechamento do balanço o mesmo ainda estava à disposição do almoxarifado. Foi realizado também inventário do almoxarifado, e os ajustes necessários foram realizados no resultado do período.

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais e Contratuais	981	929	2.306	2.173
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(594)	(640)	(1.183)	(1.229)
Bloqueios Judiciais	9.994	10.005	9.340	9.340
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)	(4.908)	(4.908)	(4.908)
Cauções	8	8	11	11
Total	5.481	5.395	5.566	5.388

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Custo em 31/12/2019	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora Saldo líquido em	
							31/12/2019	31/12/2018
Bens Móveis	115.578	910	(20.750)	95.738	(60.518)	-	35.221	44.215
Equipamentos Industriais	101.401	628	(12.802)	89.227	(56.098)	-	33.129	40.745
Embarcações	3.924	3	(3.527)	400	(118)	-	282	711
Veículos	251	0	(97)	154	(154)	-	0	0
Móveis e Utensílios	2.333	64	(301)	2.097	(1.060)	-	1.037	1.248
Informática	1.142	23	(309)	856	(798)	-	58	199
Máquinas	1.519	11	(127)	1.403	(924)	-	479	652
Motores	19	0	(8)	11	(6)	-	5	6
Aparelhos	3.285	16	(2.143)	1.158	(1.052)	-	106	365
Sistema de Segurança	1.018	83	(860)	241	(185)	-	57	182
Galpão	334	0	(334)	0	0	-	0	0
Outros bens	352	82	(242)	191	(123)	-	68	105
Bens Imóveis	490.333	6.126	(6.620)	489.840	(162.617)	(158.235)	168.987	194.917
Imóveis de natureza industrial	344.142	4.971	(2.462)	346.651	(124.596)	(62.899)	159.156	87.452
Instalações	78.194	615	(729)	78.080	(27.835)	(48.179)	2.066	50.132
Obras de acesso	4.816	372	(3.112)	2.076	(779)	-	1.297	3.464
Prédios	63.080	168	(310)	62.937	(9.408)	(47.157)	6.373	53.766
Terrenos	102	0	(7)	96	0	-	96	102
Molhe	0	0	0	0	0	-	0	0
Imobilização em Curso	13.635	(4.621)	(8.916)	98	-	-	98	12.067
Total	619.547	2.416	(36.286)	585.676	(223.135)	(158.235)	204.306	251.199

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Discriminação	Custo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Custo em 31/12/2019	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Consolidado Saldo líquido em	
							31/12/2019	31/12/2018
Bens Móveis	116.331	918	(20.750)	96.499	(61.187)	-	35.312	44.318
Equipamentos Industriais	101.535	633	(12.802)	89.365	(56.181)	-	33.184	40.804
Embarcações	3.924	3	(3.527)	400	(118)	-	282	711
Veículos	585	0	(97)	488	(488)	-	0	0
Móveis e Utensílios	2.444	64	(301)	2.208	(1.166)	-	1.042	1.257
Informática	1.142	23	(309)	856	(798)	-	58	199
Máquinas	1.522	11	(127)	1.406	(927)	-	479	653
Motores	19	0	(8)	11	(6)	-	5	6
Aparelhos	3.453	20	(2.143)	1.329	(1.195)	-	134	397
Sistema de Segurança	1.018	83	(860)	241	(185)	-	57	182
Galpão	334	0	(334)	0	0	-	0	0
Outros bens	355	82	(242)	194	(124)	-	70	108
Bens Imóveis	629.042	(57.828)	(6.620)	564.594	(169.654)	(158.235)	236.706	322.965
Imóveis de natureza industrial	458.465	(55.871)	(2.462)	400.133	(129.746)	(62.899)	207.488	193.313
Instalações	79.072	615	(729)	78.958	(27.865)	(48.179)	2.913	50.999
Obras de acesso	5.751	372	(3.112)	3.011	(1.433)	-	1.578	3.752
Prédios	80.380	168	(310)	80.238	(9.952)	(47.157)	23.130	70.713
Terrenos	102	0	(7)	96	0	-	96	102
Molhe	5.272	(3.113)	0	2.159	(658)	-	1.501	4.086
Imobilização em Curso	13.804	(4.621)	(8.916)	266	0	-	266	12.236
Bens de Terceiros	0	63.955	0	63.955	0	-	63.955	0
Total	759.177	2.424	(36.286)	725.314	(230.841)	(158.235)	336.239	379.519

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

O quadro abaixo demonstra o montante das perdas por desvalorização ou reversões de perdas por desvalorização reconhecidos no resultado do período por unidade geradora de caixa, bem como as baixas realizadas em virtude do inventário de bens realizado no exercício.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2018	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 31/12/2019
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	49.027	21.039	(121)	(1.749)	68.196
UGC Porto de Natal	90.736	1.257	(354)	(1.599)	90.039
UGC Terminal de Passageiros					0
UGC Porto de Maceió					0
Total	139.762	22.296	(476)	(3.348)	158.235

A perda por desvalorização de R\$ 21.039 mil da UGC Terminal Salineiro de Areia Branca refere-se ao valor previsto para as obras de contenção para se colocar em funcionamento a parte ampliada da Ilha Artificial se esse encontra com falhas e infiltrações.

A perda por desvalorização de R\$ 1.257 mil da UGC Porto de Natal refere-se a bens relevantes dessa unidade que apresentaram valor em uso negativo e não possuem mercado ativo para os bens.

As reversões realizadas referem-se a ativos individuais que foram baixados do controle Patrimonial por ajustes de inventário.

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imp. Encargos a Recolher	27.235	21.495	69.734	54.648
Salário a Pagar	8	899	23	918
Autônomos - INSS	56	158	56	158
PORTUS	32.342	28.683	41.835	36.581
Parcelamento Portus	19.488	17.569	19.488	17.569
Parcelamento RTSA	12.854	11.115	22.347	19.012
Parcelamento ISS	390	360	390	360
Outras obrigações	83	83	83	83
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo circulante	60.115	51.678	112.121	92.748

O valor R\$ 19.488 mil refere-se o saldo remanescente da dívida da CODERN - PORTUS que foi devidamente atualizado e registrado no Balanço, em 31/12/19. O valor de 22.347 mil refere-se a saldo de Reserva Técnica de Serviço Anterior - RTSA.

Identificou-se variação crescente no saldo dos Impostos e Encargos a Recolher, devido à ausência de recolhimento de INSS, PIS, COFINS e Contribuições do PORTUS, por insuficiência de recursos financeiros no período, bem como pela atualização monetária dos tributos em atraso.

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo não circulante compreendem valores relativo a parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Portus - Instituto de Seguridade Social	8.730	9.098	8.730	9.690
Parcelamento INSS	2.643	0	4.204	0
Parcelamento ISS	900	1.260	1.142	1.631
Parcelamento IRPJ	0	52	0	52
Parcelamento PIS/COFINS	0	84	0	84
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo não circulante	12.273	10.494	14.077	11.457

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizado, totalizando em 31/12/2019 R\$ 31.077 mil, sendo apropriado R\$ 8.730 no Passivo Não Circulante e R\$ 22.347 no Passivo Circulante.

11. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/12/2019, correspondentes ao valor de R\$ 5.043 mil (R\$ 4.340 mil em 31 dezembro de 2018), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prov. Férias	3.916	3.190	5.043	4.340
Prov. 13º Salário	0	0	0	0
Total férias a pagar	3.916	3.190	5.043	4.340

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empregados	8	16	8	16
Terceiros	35	43	35	43
Total contas a pagar	43	59	43	59

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.557	2.706	13.002	40.265
Provisões constituídas no período	16.540	1.503	0	18.043
Baixas de provisões	0	(307)	0	(307)
Reversões	-96	(2.296)	(246)	(2.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.001	1.605	12.756	55.362

O saldo das contingências cíveis registrou acréscimo considerável, decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19.

O valor de Reversão, refere-se à baixa de processos judiciais do Porto de Maceió, efetuada com base no relatório do Setor Jurídico.

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.19, totalizou R\$ 1.605 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na Controladora, temos 05 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 1.056 mil e corresponde a diferenças de Função Gratificada na mudança de um Plano de Cargos para outro (Plano de Cargos de 2002), sendo incorporada pelo Reclamante. Após vários recursos até o TST, a CODERN foi condenada e já pagou o principal, faltando pagar o reflexo do Portus, que necessita de um cálculo específico. Está sendo objeto de perícia atuarial de cálculos e impugnações das partes.

Na controlada, temos 10 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 180 mil e corresponde a auxílio enfermidade em que se postula a manutenção do referido benefício anteriormente convencionado, fundamentando acerca do direito adquirido pela parte em Acordo Coletivo de Trabalho, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2019, totalizou R\$ 41.001 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo corresponde a um processo da Controladora, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e a PORTUS estão em tratativas para realização de um termo de Equilíbrio Financeiro do Déficit, no qual irá constar a obrigação de encaminhamento desse processo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2019 o montante de R\$ 12.756 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na controladora, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na controlada, temos 07 processos em andamento, o processo de maior relevância corresponde a Contribuições Previdenciárias devidas pela empresa aos seus colaboradores diretos e a terceiros no total de R\$ 766.624,18, onde consta pedido de parcelamento de débito pelo Porto de Maceió. Determinada a suspensão dos atos processuais em 25/06/2018 e das demais execuções fiscais com as mesmas partes.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2019 somou R\$ 118.868 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	3.649	1.740	5.390
Causas Fiscais	24.087	107	24.193
Causas Cíveis	62.589	26.696	89.285
Total	90.325	28.543	118.868

Na controladora, temos 24 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a diferenças de aposentadoria (R\$ 2.454 mil), referente a processo do porto de Recife, da qual estamos questionando a prescrição. Outro processo referente a Indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 452 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão.

Na controlada, temos 31 processos relativo a causas trabalhistas, onde 14 processos correspondem a verbas rescisórias da Terceirizada Fre Energy a qual teria encerrado suas atividades sem a devida compensação aos seus colaboradores acarretando a responsabilidade subsidiária do Porto de Maceió, os processos com essas partes estão em diversas fases processuais (grande parte já na execução redirecionada para o Porto), além disso, temos um processo de valor mais relevante (265 mil) em relação aos demais, relativo a Incorporação retroativa do cargo de chefia (chefe do setor de operações) o pleito se deu pelo exercício contínuo no cargo em um período superior a 8 anos, o processo está na fase de execução aguardando o julgamento de agravo de petição.

Na controladora, temos 9 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na controlada, temos 1 processo relativo a causas fiscais, refere-se a cobrança cumulada pela União (Fazenda Nacional - PGFN) de cerca de 24 Autos de Infração que teriam sido instaurados em face de multas correlacionadas ao descumprimento da CLT, no qual já consta bloqueio judicial do total da execução nas contas de titularidade da empresa.

Na controladora, temos 49 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 20.975 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Outro processo relevante refere-se ao Reequilíbrio de Contrato (R\$ 60.099 mil) da obra de ampliação do Porto Ilha, solicitado pela construtora. O processo está na fase instrutória de produção de provas.

14. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2019, totalizou R\$ 63.955 mil (64.229 mil em 31.12.2018).

No exercício de 2019, o saldo do convênio 009/2008 (275 mil) junto a Secretaria de Portos foi baixado tendo em vista o entendimento que o objeto do convênio foi cumprido e o benefício econômico fluiu para a Codern.

Em relação aos convênios 268/2006 e 01/2008 (63.955 mil), o valor foi mantido no passivo tendo em vista que os termos de convênios possuem cláusulas, onde informa que todos os produtos obtidos com os recursos previstos nos Convênios DNIT 268/2006 e SEP 001/2008 ficarão sob a gestão da CONVENENTE, constituindo-se como patrimônio da União. Os bens gerados com recursos dos respectivos convênios estão classificados no grupo do Imobilizado no subgrupo de "Bens de Terceiros".

15. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Déficit Atuarial	33.409	0	75.716	0
Total contas a pagar	33.409	0	75.716	0

15.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de 75.716 mil em 31/12/2019, os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção 31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	102.121.368	144.504.049	-
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	783.959	(441.413)	-
3. Custo dos juros	6.330.817	12.935.547	-
4. Contribuições de participantes do plano	945.957	913.668	-
5. Benefícios pagos	(4.984.356)	(4.984.356)	-
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a:	-	(50.806.429)	-
6.a. mudança de premissas (exceto taxa de desconto)	-	-	-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	23.116.168	-
6.c. Ajustes de experiência	-	(11.361.142)	-
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	(62.561.455)	-
7. Emendas no plano	-	-	-
8. Reduções	-	-	-
9. Liquidações	-	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	105.677.743	102.121.366	144.504.049

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção	31 dez 19	31 dez 18
	31/12/2020		
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	7.138.369	11.853.831	-
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(1.568.370)	-
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	-	-	-
4. Contribuições dos participantes	945.967	913.968	-
5. Benefícios pagos (liquido)	(4.984.356)	(4.984.356)	-
6. Receita dos juros	353.130	923.296	-
7. Emendas no plano	-	-	-
8. Reduções	-	-	-
9. Liquidações	-	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
11. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	3.453.100	7.138.369	11.853.831
(*) Ganho / perda atuarial sobre os ativos	-	-	-

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção	31 dez 19	31 dez 18
	31/12/2020		
<u>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</u>			
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	763.959	(441.413)	-
2. Custo líquido dos juros	5.307.468	5.815.131	-
2.1. Custo dos juros da obrigação	6.830.817	12.935.547	-
2.2. Receita de juros ativos	(353.130)	(923.296)	-
2.3. Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(1.170.219)	(6.197.120)	-
3. Custo do serviço passado	-	-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-
6. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	6.071.427	5.373.718	-
Contribuições do Patrocinador	-	-	-
8a. Custo líquido no período	6.071.427	5.373.718	-
<u>Montante a ser reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</u>			
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(663.917)	-	-
10. Perdas (ganhos) atuariais	-	(50.806.429)	-
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	1.568.370	-
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos	(527.898)	48.574.142	-
14. Custo total reconhecido em ORA	(1.191.815)	(663.917,02)	-
(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos	-	-	-

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção	31 dez 19	31 dez 18
	31/12/2020		
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(3.453.100)	(7.138.369)	(11.853.831)
2. Valor justo dos ativos do plano	3.453.100	7.138.369	11.853.831
3. Excesso de cobertura	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(102.224.643)	(94.982.997)	(132.650.218)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(102.224.643)	(94.982.997)	(132.650.218)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	51.445.911	48.145.693	-
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	10.141.615	9.491.150	13.162.134
7. (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(40.637.717)	(37.346.154)	(119.458.084)
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	20.994.398	19.266.861	61.643.903
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)
Contrato Reconhecimento Debitos da Empresa	-	-	-
9. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - compartilhamento de riscos com participantes e assistidos	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	19.266.881	61.643.903	-
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	20.964.998	19.266.881	61.643.903
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	1.698.117	(42.377.022)	61.643.903
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do Exercício - despesa líquida dos juros	(1.170.219)	(6.197.120)	-
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - contribuição assistido	-	-	-
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	527.898	(48.574.142)	61.643.903

E. Conciliação do ativo/passivo líquido:	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(75.716.116)	(71.006.315)	-
2. Custo líquido no período (Resultado do Exercício)	(6.071.427)	(5.373.718)	-
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	49.238.059	-
4. Contribuições do empregador para o plano	-	-	-
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	527.898	(48.574.142)	-
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)

E.1. Conciliação de movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido:	Projeção		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1. Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	-	-
2. Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-
3. Variação no efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-
4. Efeito do teto de ativo não reconhecido no final do exercício	-	-	-

15.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	31 dez 19	31 dez 18
1. Principais Categorias de Ativos (%)		
1.a Disponível	0,18%	0,00%
1.b Realizável (Prev e Adm)	15,43%	35,06%
1.c Títulos Públicos	10,47%	0,00%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
1.e Ações	28,96%	18,32%
1.f Fundos de Investimentos	10,77%	24,59%
Renda Fixa	10,70%	24,55%
Imobiliário	0,07%	0,04%
1.g Investimentos Imobiliários	31,33%	20,24%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciais	2,87%	1,79%
Total	100,00%	100,00%
2. Principais Categorias de Ativos (montante)		
2.a Disponível	658.202	4.142
2.b Realizável (Prev e Adm)	57.103.228	204.473.918
2.c Títulos Públicos	38.747.719	-
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-
2.e Ações	107.203.487	106.839.311

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

2.f Fundos de Investimentos	39.860.032	143.418.024
Renda Fixa	39.618.331	143.173.038
Imobiliário	241.701	245.986
2.g Investimentos Imobiliários	115.981.731	118.048.022
2.h Empréstimos e Financiamentos	172	172
2.i Outros - Depósitos Judiciais	10.627.017	10.469.327
Total Ativo	370.181.588	583.253.916
(*) Ajuste Valor de Mercado	-	-
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(8.827.617)	(80.414.925)
(-) Uso Próprio	(5.654.444)	(7.491.376)
(-) Exigível Operacional	(18.651.876)	(10.481.635)
(-) Exigível Contingencial	(15.679.908)	(17.042.737)
(-) Fundo Previdencial	(40.347.927)	(43.409.750)
(-) Fundo de Investimento	(6.797.777)	(6.136.397)
(-) Fundo administrativo	(69.663.610)	(84.635.402)
Valor Justo dos Ativos em 31/10/20xx (Total)	204.558.429	333.641.094
Rentabilidade projetada (até 12/20xx)	-	-
Saldo Previdencial projetado (até 12/20xx)	-	-
Valor Justo dos Ativos em 31.12.20xx	204.558.429	333.641.094
Percentual rateio	3,490%	3,553%
Valor Justo dos Ativos em 31/10/20xx	7.138.368	11.855.831

15.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	31 dez 19	31 dez 18
1. Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,095%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	4,00%
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	4,00%
5. Idade média de aposentada	N/A	N/A
G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano		
	31 dez 19	31 dez 18
1. Data efetiva	31 ago 19	31 dez 18
2. Participantes ativos (passivo principal)	85	87
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	242	243
3 a Aposentados	153	155
3 b Pensionistas	89	88
4. Número total de participantes	327	330
H. Período de amortização		
	31 dez 19	31 dez 18
1. Média esperada de vida de trabalho restante	1,00	1,00
2. Duração da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50
J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):		
	31 dez 19	31 dez 18
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
4. Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus
K. Projeção do fluxo de caixa		
	Projeção 31/12/2020	31/12/2019
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	4.964.356	4.687.324
2. Contribuições do empregador - pandade (ativos e assistidos)	-	-
3. Contribuições esperadas dos participantes + extraordinárias	945.957	1.205.029

Legenda: N/A - Não Aplicável
 N/D - Não Disponível

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado

31 dez 19

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	90.857.647	53.646.402
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(441.413)	-
3. Custo dos juros	8.264.412	4.671.135
4. Contribuições de participantes do plano	913.968	-
5. Benefícios pagos	-	(4.984.356)
6. (Ganho) / perda atuarial	(42.023.650)	(8.782.779)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	13.869.437	9.246.731
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(13.347.567)	1.986.425
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	(42.545.520)	(20.015.936)
7. Emendas no plano	-	-
8. Reduções	-	-
9. Liquidações	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	57.570.964	44.550.402

Análise de Sensibilidade - 31/12/2019

Montante do:	Tabela biométrica - Mortalidade	
	Agravada em 10%	Desagravada em 10%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	100.183.146	104.216.845
Valor justo dos ativos do plano	7.138.369	7.138.369
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(93.044.777)	(97.078.476)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	47.231.908	49.133.619
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.311.012	9.685.904
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(36.501.857)	(38.258.953)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	18.831.308	19.737.794
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(74.213.469)	(77.340.682)
Variações:		
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,90%	2,05%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,04%	2,21%
	Taxa de juros	
	+ 0,25%	- 0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	99.900.628	104.431.591
Valor justo dos ativos do plano	7.138.369	7.138.369
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(92.762.259)	(97.293.222)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	47.098.714	49.234.861
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.284.755	9.705.862
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(36.378.790)	(38.352.499)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	18.767.817	19.786.054
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(73.994.442)	(77.507.168)
Variações:		
Aumento / redução da obrigação atuarial	-2,17%	2,26%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,34%	2,43%

16. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Consolidado
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

[Handwritten signatures and initials]

17. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998. Em julho/19, os valores do Porto de Maceió foram incorporados parcialmente ao capital social (R\$ 712.523), e posteriormente o capital social incorporado foi absorvido pelo Prejuízo Acumulado da CODERN, abaixo demonstrado:

Créditos para aumento de capital	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Porto de Natal e Areia Branca	59.809	56.818
Porto de Maceió	186.389	867.315
Total	246.199	924.133

18. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

De acordo com a Lei da S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. (Art. 187, § 1º). A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais.

O quadro abaixo apresenta a movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados decorrente da retificação de erros, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ - 7.012mil (ativo) e R\$ 72.171mil (passivo), totalizando R\$ 79.183mil o efeito do resultado:

Grupo	Débito	Crédito	Saldo
Ativo	6.172	13.184	-7.012
Passivo	738	72.909	-72.171
Saldo de Ajustes	6.911	86.094	-79.183

O detalhamento e natureza dos ajustes podem ser observados no quadro abaixo:

Ajustes de Exercícios Anteriores em 2019	(79.183)
Provisão de Déficit Atuarial	(71.006)
Baixas Imobilizado	(10.927)
Estorno Depreciação Bens de Terceiros	5.872
Impostos s/ Outras Receitas	(1.652)
Amortização Intangível	(1.236)
Outros Ajustes	(232)

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de 68.308 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de 51.052 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado Consolidado no período de R\$ 119.359 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 31 de dezembro 2019 de R\$ 7.810 mil para CODERN-Sede (prejuízo) e R\$ 16.865 mil para o Porto de Maceió (prejuízo). Conforme o quadro a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido	(68.308)	(71.885)	(51.052)	(74.348)	(119.359)	(146.233)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação	14.676	16.861	2.267	5.180	16.943	22.041
Impairment	21.821	36.642	0	0	21.821	36.642
Varição monetária passiva	6.767	7.238	33.231	73.162	39.998	80.399
Provisões	17.234	0	(1.312)	37	15.922	37
Resultado líquido ajustado	(7.810)	(11.145)	(16.865)	4.031	(24.675)	(7.114)

19. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 664 mil relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 15.1.

20. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta dos serviços prestados				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	11.974	11.015	17.567	17.093
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	3.828	3.118	4.563	3.793
Utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem	23.545	21.588	30.947	29.006
Serviços de Armazenagem	867	643	916	4.558
Serviços de Movimentação de Cargas	5.018	4.576	5.018	4.576
Atividade de Apoio ao Navio	2.787	2.796	2.787	2.796
Serviços Diversos	0	0	294	279
Total da Receita bruta	48.019	43.736	62.091	62.102
(-) Impostos sobre serviços prestados	(6.843)	(6.232)	(8.936)	(8.776)
Receita líquida dos serviços prestados	41.177	37.504	53.155	53.326

O saldo da Receita Operacional Líquida apresentou redução, visto que, no exercício de 2019 não houve faturamento da tarifa de armazenagem, referente à movimentação dos módulos para plataformas da PETROBRAS no Porto do Maceió. Em 2018 a receita de armazenagem (Longo Curso) alcançou a soma de R\$ 3.915.264,94, enquanto que em 2019 apenas R\$ 48.859,60. A expressiva importância faturada com armazenagem em 2018, deve-se a cobrança, pelo preço CIF de 1% do valor da mercadoria em trânsito, no caso equipamentos elétricos, de responsabilidade das Centrais Elétricas de Sergipe S/A-CELSE, cujo faturamento ocorreu no período de janeiro a junho/2018(R\$ 3.889.285,04). Houve também, mas de pequena monta, armazenagem de Trigo pelo MOTRISA na ordem de R\$ 25.979,90 (Em 12/2018).

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

21. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal e Encargos	(18.084)	(17.895)	(28.059)	(28.269)
Material de Operação	(3.497)	(4.544)	(3.773)	(4.853)
Material de Manutenção	(4)	(2)	(30)	(28)
Serviços de Manutenção e Reparos	(216)	(211)	(962)	(685)
Serviços Prestados por Terceiros	(6.457)	(6.397)	(10.987)	(11.243)
Encargos Operacionais Diversos	(75)	(69)	(75)	(69)
Depreciação Direta	(12.981)	(15.216)	(14.532)	(19.993)
Total	(41.315)	(44.334)	(58.419)	(65.140)

Houve redução dos custos com material de operação na controladora, em razão do menor consumo nos itens Combustíveis (25%) e Gêneros Alimentícios (71%) para o centro de custo "Tersab".

Houve redução de 4% nos custos com pessoal na controlada, principalmente em razão da demissão de 02 empregados efetivos, aos quais foram pagos as verbas rescisórias e a multa de 50% sobre o saldo de FGTS.

Houve redução 7% nos custos com serviços de terceiros da controlada, em razão da escassez de recursos financeiros, por isso só foram contratados serviços indispensáveis necessários a manutenção das operações.

Registrou-se ainda diminuição significativa da despesa com depreciação, decorrente principalmente da reversão de depreciação nas contas "Terminal de Passageiro, Cais PORNAT, Guia Corrente e Derrocagem Subaquática e Dolphins de Amarração" em dezembro/2018, o que se reflete nos demais trimestres e registra uma redução/mês de R\$ 533, visto que para estes bens foram reconhecidos perda por impairment, não havendo geração de caixa por valor em uso na utilização dos ativos da Unidade Geradora de Caixa. Houve também a regularização contábil de bens de terceiros na controlada (Nota 14), fato que gerou uma diminuição na depreciação no ano de 2019 em aproximadamente 67%, se comparado ao ano de 2018.

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal e Encargos	(17.521)	(13.953)	(28.902)	(22.082)
Material	(621)	(334)	(929)	(707)
Serviços de Terceiros	(3.426)	(2.926)	(10.032)	(10.671)
Outros Encargos	(46)	(48)	(131)	(98)
Depreciação/Amortização	(399)	(98)	(406)	(106)
Outras despesas administrativas	(4.438)	(23)	(4.817)	(239)
Total	(26.451)	(17.383)	(45.217)	(33.903)

As Despesas com Pessoal e Encargos da controladora sofreram acréscimo, essencialmente devido ao pagamento de salário variável dos Diretores, pelo cumprimento das metas de gestão, no exercício de 2019, aumento das Despesas de Provisão de Férias, assim como pelo efeito da diminuição do Rateio de Despesas dos Conselhos relativo a APMC/CODERN. Houve ainda, reconhecimento de despesa atuarial relativos aos planos de pensão de benefício definido na ordem de R\$ 2.445 mil na controladora e R\$ 2.928 na controlada.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

O Aumento da Despesa com Material, foi ocasionado por lapsos na saída do item "Combustível" - GERTAB, cujo centro custo correto seria o Terminal Salineiro - Tersab.

Houve aumento de 17% nos serviços de terceiros da controladora, principalmente em função de aumento das Despesas com "Passagem Aérea" e "Conserto, Manutenção e Limpeza".

Houve redução 15% nos serviços de terceiros da controlada, em razão da escassez de recursos financeiros, por isso só foram contratados serviços indispensáveis necessários a manutenção das operações.

No tocante ao aumento de Outras Despesas Administrativas, são decorrentes dos registros de ajustes de inventário, efetuados em dezembro/2019, bem como de multas por infrações de fiscais do Porto de Natal.

23. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(329)	(1.695)	(387)	(1.695)
Prov. Depósitos e bloqueios judiciais	0	(5.579)	0	(6.168)
Reversão de provisões	0	0	0	0
Saldo líquido de provisões constituídas	(329)	(7.274)	(387)	(7.863)

24. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para contingências	(17.730)	(685)	(17.808)	(1.590)
Reversão de provisões	236	78	2.273	296
Saldo líquido de provisões constituídas	(17.494)	(607)	(15.535)	(1.294)

As provisões para contingências registraram acréscimo considerável, principalmente decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19.

25. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Aluguéis Porto	446	442	7.812	28.014
(-) Deduções da receita	(41)	(45)	(732)	(1.181)
Total receitas patrimoniais líquidas	405	397	7.080	26.833

Verificou-se decréscimo da Receita Patrimonial no Porto de Maceió, ocasionado pelo término do Contrato de Arrendamento com o Consórcio Tomé Ferrostal.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

26. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

27. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em		Período de doze meses findos em	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras	3.081	3.392	3.352	3.698
Despesas Financeiras	(10.170)	(10.237)	(46.188)	(88.505)
Total do resultado financeiro	(7.089)	(6.845)	(42.836)	(84.807)

O saldo das despesas financeiras do Porto de Maceió apresentou variação decrescente, principalmente em decorrência da atualização dos Créditos para Aumento de Capital, tendo em vista a sua capitalização conforme nota 16.

28. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

28.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

28.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente essa vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor - Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No exercício de 2019, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 25.123

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

mil (R\$ 24.885 em 2018), que representa 60,8% do total faturado (66% em 2018) no Terminal Salineiro de Areia Branca.

26.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício de 2019, os valores pagos totalizam R\$ 24 mil (R\$ 25 mil em 2018).

29. Eventos Subsequentes

29.1 Benefício pós emprego - Plano de Benefício Definido

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados. O plano está em intervenção desde 2011.

O Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1 passou a ter problemas financeiros o que gerou um déficit, e devido ao extremo desequilíbrio financeiro, é necessário e imprescindível à sua não liquidação o imediato estabelecimento de estratégia previdencial com vistas à retomada da solvência. A insolvência do PBP1 tem origem a partir da retirada de patrocínio da extinta PORTOBRAS, quando não foram vertidos os recursos devidos ao PBP1 para suporte às obrigações com participantes e assistidos a ela vinculados, fato que juntamente a outros fatores, impactou no desequilíbrio técnico do plano ao longo de sua existência.

Segundo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC"), bem como o interventor do PORTUS, ocorrerá a liquidação caso não seja aprovado o novo plano de equacionamento e considerando que o PBP1 é um plano de benefícios previdenciários com insuficiência patrimonial, caberá aos patrocinadores e aos participantes custearem o equacionamento da insuficiência. Para isso, foi contratada uma consultoria atuarial que elaborou uma nota técnica onde foi mensurado o déficit técnico do plano como todo bem como o de cada patrocinadora.

Considerando a iminente liquidação do plano, da responsabilidade das patrocinadoras em assegurar a continuidade do mesmo e levando em consideração o exposto na Nota Técnica ao dizer que equacionamento do déficit técnico remanescente são necessárias para o reequilíbrio econômico financeiro atuarial do PBP1, consistindo em importante medida de redução do seu alarmante risco atuarial e de proteção dos trabalhadores da Cias Docas e dos assistidos em gozo de benefício no PORTUS e que trata-se de relevante economicidade, assim entendida como a relação entre custo e benefício a ser observada na atividade pública, com ênfase na análise contida no parecer atuarial que evidencia os seguintes benefícios para as partes envolvidas:

- Evita o cenário de liquidação extrajudicial, a qual poderia propiciar um ambiente político e social totalmente desfavorável, numa atividade econômica essencial;
- Recupera a prometida proteção social a um universo de quase 10 mil famílias que depositaram as esperanças de seu futuro no PORTUS;
- Traz segurança e credibilidade ao universo da Previdência Complementar Fechada, mais notadamente a patrocinada pelo setor público;
- A solução proposta não retira dos interessados a segurança de uma renda complementar mesmo com um poder de compra reduzido em função de toda a estratégia;
- Pacifica a relação entre os trabalhadores portuários, assistidos e os patrocinadores, permitindo a criação de soluções específicas para cada patrocinadora, após sua implementação;
- A partir de sua implementação as demonstrações patrimoniais de cada patrocinadora se darão de forma independente em decorrência da não solidariedade, atendendo a um pleito histórico de diversas destas patrocinadoras;
- Protege o estado de inevitáveis demandas judiciais de responsabilização no caso de liquidação do plano e da Entidade, não sendo a estratégia exitosa.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Segundo o estudo, o déficit técnico do plano é de R\$3.523.482.238,97 (três bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), que conforme dito anteriormente, será custeado pelas patrocinadoras e pelos participantes. A estratégia para retomada da solvência do PBP1 deverá envolver a administração do PORTUS, das patrocinadoras e de entidades representativas dos participantes e assistidos do PBP1 e envolverá as seguintes concessões além do pagamento de contribuições extraordinárias: Assinatura do termo de compromisso financeiro por parte das patrocinadoras e redução de direitos (congelamento dos benefícios, renúncia do pecúlio dos ativos e aplicação de percentual do abono em 100%) por parte dos participantes assistidos e participantes pensionistas. Em contrapartida à redução de direitos, os patrocinadores devem firmar um Termo de Compromisso Financeiro - TCF para aportar o montante de R\$ 1.138.829.184,31 (um bilhão, duzentos e treze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos), apurado de acordo com a proporção contributiva, e devem continuar honrando a obrigação de contribuir com o mesmo montante adicional a ser descontado dos assistidos, apurado respeitando-se a proporção contributiva.

De acordo com o estudo apresentado, o valor a ser coberto pela Companhia (Porto de Natal, Areia Branca e Porto de Maceió) a título de Termo de Compromisso Financeiro - TCF está no montante de R\$ 39.289.607 (trinta e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sete reais).

Após a assinatura do TCF, que deverá acontecer no primeiro semestre de 2020, por parte das patrocinadoras, o déficit restante a ser equacionado será de R\$ 976.875.534,24 (novecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos). O equacionamento do déficit remanescente se dará pela instituição de contribuição extraordinária pelo prazo compatibilizado com aquele previsto para a liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial do plano de benefícios. Para financiar o restante do déficit de responsabilidade dos participantes, a contribuição mensal dos assistidos, que equivale a um desconto no benefício mensal recebido, deve ser incrementada em 18,47%.

Ficará a cargo da CODERN (Porto de Natal, Areia Branca e Porto de Maceió), a título de Contribuição Extraordinária o montante de R\$ 34.246.033 (trinta e quatro milhões duzentos, quarenta e seis mil, e trinta e três reais). Logo, a CODERN assumirá, por meio do TCF, R\$ 39.289.607,00 (trinta e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil e seiscentos e sete reais), que adicionado à Contribuição Extraordinária dará uma obrigação de R\$ 73.535.640 (setenta e três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais).

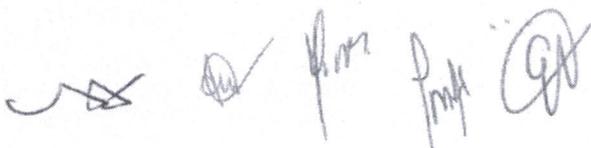
29.2 Impacto do Covid 19 nas operações da Companhia

A CODERN desenvolve atividades portuárias, em sua grande parte operacional, para a prestação de seus serviços, fonte de sua Receita, tanto em Natal, Maceió e mais intenso em Areia Branca, sofrendo assim um grande impacto tanto humano, financeiro, como social em consequência do COVID-19. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a companhia está exposta, especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios de seus grandes ou pequenos clientes e de sua própria operação seja ela de empregados ou terceirizados (OGMO), entre outros, já que havendo maior risco aos de idade acima de 60 anos ou com doenças pré-estabelecidas; o afastamento desses por prudência ou necessidade irá refletir não apenas no resultado econômico mas também humano tanto nos afastados como nos que estão exercendo atividades, não apenas de sua competência mas absorvendo as atividades dos que estão ausentes. Assim o pagamento de salários (férias) deverá manter-se constante para todos. Entretanto a receita, a produção, e recebimento dos serviços prestados não seguirão o mesmo ritmo, pois além desses fatores há de se considerar os custos extras, na realização de exames, controle de higienização, uso de mais equipamentos de proteção entre outros.

No que se refere às "estimativas contábeis" certamente terá impactos nos custos de folha de salário para aqueles que deverão ser afastados e não poderão exercer atividade home-office, já que a maior parte das atividades de trabalho é fundamentalmente OPERACIONAL.

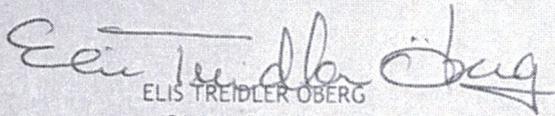
Especificamente em relação ao Porto Maceió, foi observado redução na movimentação dos derivados de petróleo, pois com a quarentena caiu o fluxo de veículos pelas vias, em consequência o consumo dos derivados de petróleo; situação semelhante foi observada com a importação de fertilizantes.

O coronavírus traz como consequência a interrupção no fluxo de pessoas, o fechamento de empresas e a queda nas receitas que afetará os valores tanto no Ativo em seu fluxo de caixa, (dos

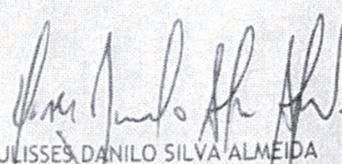


COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de reais)

recebíveis de curto e de longo prazo) como também principalmente no Passivo, já que o pagamento com férias antecipadas, encargos sociais e salário in-natura serão antecipados ou mantidos e a remuneração se manterá constante e as horas extras aos que irão substituir os funcionários ausentes poderá ser relevante para ser mensurado e considerado no balanço; e ainda por ser uma empresa pública não há possibilidade de demissão de seus funcionários ou suspensão de contrato de trabalho, o que trará ainda maior desequilíbrio entre Receita com Serviço x custos x produção, no entanto, não há como realizar as estimativas financeiras.



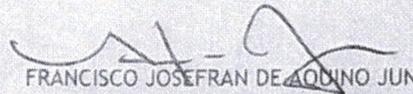
ELIS TREIDLER OBERG
Diretor Presidente
CPF Nº 310.558.777-20



ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 843.994.147-15



FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 434.227.137-00



FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56



ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34